



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA - SIGProj
EDITAL Edital 475 - Submissão de cursos de extensão 2017

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:

SIGProj N°: 251028.1295.270700.25102016

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO

TÍTULO: Agroecologia e Feminismo para Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

TIPO DA PROPOSTA:

Curso

ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL:

Comunicação Cultura Direitos Humanos e Justiça Educação
 Meio Ambiente Saúde Tecnologia e Produção Trabalho
 Desporto

COORDENADOR: Alexandra Filipak

E-MAIL: alefilipak@hotmail.com

FONE/CONTATO: 16 32039107 / 16 997462124



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

FORMULÁRIO DE CADASTRO DE CURSO DE EXTENSÃO

Uso exclusivo da Pró-Reitoria (Decanato) de Extensão

PROCESSO N°:

SIGProj N°: 251028.1295.270700.25102016

1. Introdução

1.1 Identificação da Ação

Título: Agroecologia e Feminismo para Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

Coordenador: Alexandra Filipak / Docente

Tipo da Ação: Curso

Edital: Edital 475 - Submissão de cursos de extensão 2017

Faixa de Valor:

Vinculada à Programa de Extensão? Não

Instituição: IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Unidade Geral: PRX - Pró Reitoria de Extensão

Unidade de Origem: MTO - Matão

Início Previsto: 01/09/2016

Término Previsto: 27/10/2016

Possui Recurso Financeiro: Não

1.2 Detalhes da Proposta

Carga Horária Total da Ação: 32 horas

Justificativa da Carga Horária: O curso terá carga horária de 32 horas para cada turma de 40 alunos.

Periodicidade: Eventual

A Ação é Curricular? Não

Abrangência: Regional

1.2.1 Turmas

Turma 1

Identificação:	Etapa Minas Gerais
Data de Início:	18/10/2016
Data de Término:	21/10/2016
Tem Limite de Vagas?	Sim
Número de Vagas:	40
Tem Inscrição?	Sim
Início das Inscrições:	01/09/2016
Término das Inscrições:	17/10/2016
Contato para Inscrição:	Inscrição Via Edital Público - mandar ficha de inscrição para alexandra.filipak@ifsp.edu.br
Tem Custo de Insc./Mensalidade?	Não
Local de Realização:	Sítio da Fetaemg, Belo Horizonte, MG

Turma 2

Identificação:	Etapa São Paulo
Data de Início:	24/10/2016
Data de Término:	27/10/2016
Tem Limite de Vagas?	Sim
Número de Vagas:	40
Tem Inscrição?	Sim
Início das Inscrições:	01/09/2016
Término das Inscrições:	17/10/2016
Contato para Inscrição:	Inscrição via Edital Público - enviar ficha de inscrição para alexandra.filipak@ifsp.edu.br
Tem Custo de Insc./Mensalidade?	Não
Local de Realização:	Centro Diocesano, Registro, SP

1.3 Público-Alvo

Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contratados por entidades executoras das chamadas públicas de ATER Agroecologia e ATER para Mulheres da Região Sudeste;
Mulheres Rurais Beneficiárias de ATER de Movimentos Sociais e Grupos Comunitários;
Representantes de Organizações Sindicais e de ONGs que trabalham com os temas Gênero e Agroecologia;
Maximo 80 vagas.

Nº Estimado de Público:

80

Discriminar Público-Alvo:

	A	B	C	D	E	Total
Público Interno da Universidade/Instituto	3	2	0	0	0	5
Instituições Governamentais Federais	0	0	0	0	5	5
Instituições Governamentais Estaduais	0	0	0	0	5	5
Instituições Governamentais Municipais	0	0	0	0	0	0
Organizações de Iniciativa Privada	0	0	0	0	10	10
Movimentos Sociais	0	0	0	0	20	20
Organizações Não-Governamentais (ONGs/OSCIPs)	0	0	0	0	15	15
Organizações Sindicais	0	0	0	0	10	10
Grupos Comunitários	0	0	0	0	10	10
Outros	0	0	0	0	0	0
Total	3	2	0	0	75	80

Legenda:

(A) Docente

(B) Discentes de Graduação

(C) Discentes de Pós-Graduação

(D) Técnico Administrativo

(E) Outro

1.4 Caracterização da Ação

Área de Conhecimento: Ciências Humanas » Sociologia » Sociologia Rural

Área Temática Principal: Tecnologia e Produção

Área Temática Secundária: Trabalho

Linha de Extensão: Desenvolvimento rural e questão agrária

Caracterização: Presencial

Subcaracterização 1:

1.5 Descrição da Ação

Resumo da Proposta:

A proposta consiste na formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas temáticas Agroecologia, Gênero e Feminismo. Faz parte do Projeto: 'As Mulheres Rurais e Agroecologia na Região Sudeste, tecnologias para autonomia econômica, segurança alimentar e conservação da biodiversidade' executado via Termo de Execução Descentralizada 26/2015, desenvolvido pelo IFSP-Campus Matão em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Tem por objetivo de apoiar, fortalecer e capacitar as entidades e organizações que atuam com os grupos produtivos de mulheres rurais da agricultura familiar na produção agroecológica de alimentos na Região Sudeste.

Palavras-Chave:

Agroecologia, Feminismo, ATER, Extensão Rural, Agricultura Familiar

Informações Relevantes para Avaliação da Proposta:

A proposta será avaliada pelos diferentes sujeitos participantes, de forma participativa e dialógica. Toda avaliação será registrada e apresentada em forma de relatório como feedback da proposição.

1.5.1 Justificativa

Esse trabalho parte do pressuposto do locus de atuação dos Institutos Federais, que é, para além do Ensino, a extensão e a pesquisa, indissociáveis e comprometidas com a democratização do acesso ao conhecimento, à tecnologia e à inovação no mundo do trabalho.

Assim, o curso faz parte de um projeto maior realizado através de uma articulação entre ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR) e os objetivos de atuação do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Campus de Matão, no sentido de apoiar, fortalecer e capacitar as entidades e organizações que atuam com os grupos produtivos de mulheres rurais da agricultura familiar, reforma agrária e quilombola.

O Curso a ser desenvolvido, nessa perspectiva, justifica-se no sentido de que ações do IFSP Matão devem ser realizadas em diálogo com a realidade socioeconômica de grupos e comunidades locais e regionais quando se coloca em questão o acesso e democratização dos conhecimentos e da tecnologia, nas diversas áreas do conhecimento, papel esse tanto das Universidades quanto dos Governos.

O Curso proposto pretende ser uma atividade de formação e capacitação com técnicas e técnicos de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Ele tem em sua proposta uma abrangência regional e diversificada, trazendo para a atividade um público que atua nas diferentes regiões do Estado de São Paulo e de Minas Gerais, assim como mulheres agricultoras dessas regiões. Ele também dialoga os com a realidade local onde se insere o IFSP Matão. Muitos técnicos e técnicas de ATER atuam na região de Matão, Araraquara, Jaboticabal, Ribeirão Preto, com as mulheres de assentamentos rurais e comunidades de agricultura familiar, porém não tem formação específica para um bom desenvolvimento desse trabalho, principalmente nos temas gênero e agroecologia. Assim esse público será convidado a participar dos cursos para que o IFSP possa colaborar nessa capacitação para a melhoria dos trabalhos com agroecologia e mulheres nas comunidades rurais que fazem parte do local de atuação deste IFSP.

Por outro lado, o caráter regional dessa proposta entende que o Instituto Federal de São Paulo apresenta capacidade teórica, técnica e tecnológica de impacto social, científico e tecnológico tanto em sua localidade quanto nas regiões do Brasil. Fica claro, diante do proposto, que será realizado o diálogo com as demais unidades estaduais do Instituto Federal no sentido de dar viabilidade à execução da proposta, assim como parceiros institucionais de organizações da sociedade civil e instituições públicas.

A perspectiva metodológica do curso parte da ideia de se realizar diálogos entre os saberes teóricos e os já desenvolvidos em grupos produtivos de mulheres rurais. Assim, a capacitação dos técnicos/as de ATER terá momentos dinâmicos e participativos.

Assim, essa proposta de curso pretende dialogar com a realidade das mulheres rurais tanto da região de Matão quanto da Região Sudeste do Brasil, desenvolvendo ações de capacitação voltadas para a promoção qualificada e reflexiva da produção e transição agroecológicas em grupos de mulheres rurais, promovendo o acesso aos conhecimentos necessários que permitam esse processo de transição num processo de diálogo com instituições responsáveis pela execução de políticas públicas voltadas para a autonomia econômica das mulheres rurais.

1.5.2 Fundamentação Teórica

1. Economia Feminista e a discussão voltada para o meio rural e a autonomia econômica das mulheres:

A divisão sexual do trabalho na agricultura é um dos temas centrais colocados em pauta pela sociedade civil, em especial, pelos movimentos sociais e pelos estudos feministas apontando caminhos para a agenda de gênero. Demonstram que as mulheres ocupam uma posição subordinada e seu trabalho aparece como ajuda mesmo quando elas trabalham o mesmo tanto que os homens ou executam as mesmas atividades.

Em uma pesquisa realizada em Cruzeiro do Sul, RS, Brumer e Freire (1984) verificaram que, na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos nas unidades familiares de produção, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavar,

cortar, lenhar, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. Todos esses trabalhos podem ser considerados no âmbito produtivo. Não cabe ao homem os trabalhos domésticos, por exemplo, que hipoteticamente, pelo viés de uma análise empírica, não oferecem retorno econômico.

À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas a casa, aos cuidados, como as de caráter mais leve que possuem caráter produtivo, mas não são reconhecidas como tais. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, além do trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim, atividades estas, essenciais a um novo paradigma de desenvolvimento rural, em especial, aos pressupostos da agroecologia.

Em se tratando das definições do trabalho e dos papéis sociais atribuídos à mulher, considera-se importante o que se afirma:

É preciso destacar que o caráter de 'pesado' ou 'leve' da atividade é relativa e culturalmente determinado, uma vez que, na esfera de suas atividades (doméstica), a mulher executa tanto trabalhos 'leves' como trabalhos 'pesados' (como trabalhar na colheita dos produtos agrícolas, carregar os filhos e buscar água em lugares distantes do domicílio). O trabalho atribuído à mulher é 'leve' e não considerado como economicamente importante, não devido a suas características, mas devido à posição ocupada na hierarquia da família por aqueles que executam o trabalho (BRUMER, 2004, p. 4).

Desta feita, são os papéis sociais atribuídos à mulher, e as relações de poder estabelecidas no âmbito da família que determinam a invisibilidade de seu trabalho.

Ainda discutindo alguns aspectos marcantes das desigualdades de gênero no meio rural, as tarefas de cuidados atribuem às mulheres uma condição na qual as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas. Às mulheres são delegadas as atividades dos cuidados sem acender qualquer possibilidade de empoderamento nas relações de trabalho e familiares e nem de possibilidade de emancipação econômica.

Nesse sentido, caracterizando o trabalho e a vida social das mulheres agricultoras, a mulher rural é considerada responsável pelo trabalho doméstico e ainda pelos cuidados com o quintal, atividade que abrange desde o cuidado com pequenos animais, bem como a cultura de alimentos para o autoconsumo e transformação de alimentos.

Como estas atividades não geram renda, não são consideradas trabalho e em razão disso a mulher, apesar de representar em 2006, 72% das pessoas ocupadas que realizam atividades voltadas para o consumo, tem seu papel imperceptível nas estatísticas oficiais, quando analisam a agricultura familiar e interpretam a atividade agrícola como uma extensão das atividades domésticas (SOUZA et al, 2008, p.13).

Corroborando com as afirmativas anteriores, outro aspecto igualmente analisado pelos estudos de gênero atuais, refere-se à condição de pluriatividade vivida pelas mulheres rurais, que reproduz situações desiguais e de dependência delas na unidade familiar. Segundo Souza et al (2008), a discriminação no trabalho se torna mais grave do ponto de vista das oportunidades que refletem diretamente a papéis de gênero nas unidades familiares. As mulheres ampliam a sua jornada de trabalho quando trabalham fora da propriedade rural.

Integrando às ideias de superação dessas desigualdades apontadas e caracterizadas pelos estudos e pelos movimentos sociais, em momentos específicos, o Estado, a partir de políticas públicas, reconhece a necessidade de incluir a agenda de gênero, a promoção da emancipação econômica das mulheres rurais como perspectiva de alteração das relações de desigualdade e como condição para o desenvolvimento rural sustentável e solidário. SOUZA et al, (2008), associam a noção de desenvolvimento rural no recorte da agricultura familiar com a possibilidade do trabalho economicamente reconhecido da mulher rural. Dessa forma vão se configurando as políticas públicas, considerando os aspectos teóricos destacados.

2. Para além do "Homem Econômico": a mulher

A pretensão, portanto, de análise do trabalho da mulher rural, requer, entre outros pressupostos, uma reflexão crítica epistemológica e metodológica a economia clássica e neoclássica, sendo, portando

imprescindível a decomposição de pressupostos teóricos e recomposição a partir de bases que possam reconhecer o trabalho das mulheres. Esse passo é imprescindível para o avanço da economia feminista. Sabe-se que um dos principais fatores que contribui para esta exclusão, é a falta de reconhecimento dos trabalhos realizados pelas mulheres rurais tanto nas atividades produtivas como nas reprodutivas, que as sobrecarregam diariamente, limitando suas participações em atividades no âmbito de esferas públicas, como nos espaços de poder de decisão, de desenvolvimento político, econômico e social. Mello e Di Sabbato (2009) analisaram os dados da PNAD/IBGE e destacaram que as mulheres em 2006, trabalhavam apenas 21 horas por semana, enquanto que os homens trabalhavam em média 39 horas. Essa diferença explica-se pela grande presença da produção realizada pelas mulheres voltadas para autoconsumo, estendendo as suas tarefas para o âmbito doméstico, no qual muitas vezes não é contabilizado como trabalho.

Outra explicação é que as mulheres acabam trabalhando menos na produção para poder conciliar com o trabalho doméstico e de cuidados. No mesmo estudo citado anteriormente, Mello e Di Sabbato (2009), levantaram também que 46,6% das mulheres ocupadas na agropecuária realizam atividades para autoconsumo e 33,7% trabalham sem remuneração, além de que, o número de mulheres com ocupação agrícolas associadas a sindicatos chega a 32,9% enquanto os homens são 24%, mas a participação das mulheres nas direções e cargos maiores nos sindicatos ainda é baixo. Apesar do grande número de mulheres associadas ainda existe a pouca participação das mulheres nos espaços de controle social dos territórios.

De acordo com Enriquez (2010), a partir do olhar androcêntrico incorporado em grande parte das teorias econômicas, trata de uma interpretação equivocada de mundo, não considerando parte da renda incorporada economicamente pelas mulheres, o que pode tornar as representações que norteiam as ações de algumas políticas públicas irrelevantes e incapazes de arrazoar alguns problemas que deseja-se resolver e, neste caso especial a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais.

O olhar econômico androcêntrico, portanto, naturaliza as relações sociais entre homens e mulheres construídas na sociedade. Essa concepção parte da ideia que existe trabalho de homem e trabalho de mulher, sendo o homem responsável pelos trabalhos produtivos, considerado “esfera pública”, e a mulher responsável pelo trabalho reprodutivo, considerado “esfera privada” ou de âmbito doméstica e de cuidados.

'La racionalidad del hombre económico no se enfrenta con los condicionantes que impone vivir en un mundo racista, xenófobo, homofóbico y sexista. Cuando se reconoce y visibiliza la interrelación entre las relaciones de género y la dinámica económica, es inevitable condenar por irrealistas, restrictivos, superfluos y en el límite inocuos, los supuestos de la racionalidad del hombre económico sobre los que se construye todo el aparato neoclásico (ENRIQUEZ, 2010).'

Outro ponto da concepção da divisão sexual do trabalho é que um trabalho feito por homem é mais valorizado que um trabalho feito por mulher, mesmo quando eles exercem uma mesma função. Neste caso, o trabalho das mulheres é considerado de menor valor e, portanto, complementar ao do homem. Assim, a sua remuneração por ele também pode ser inferior, ou o mesmo não precisa ser remunerado. Estas desigualdades estão presentes no mundo do trabalho, na participação social e política, na autonomia pessoal e econômica e, conseqüentemente, no acesso às políticas públicas. Estas relações criam empecilhos que dificultam a entrada e a permanência das mulheres em instâncias importantes para o seu desenvolvimento social, econômico e político.

'Por ello situamos a la Economía Feminista en el campo de la Economía Heterodoxa. Porque cuando se abordan los problemas de inequidad de género, con los supuestos ortodoxos, no se consigue explicar los fenómenos, sino que por el contrario, lo que se hace es justificar la desigualdad existente, como consecuencia de las características y supuestas racionalidades de las mujeres (ENRIQUEZ, 2010).'

3. Ampliando o Fluxo Circular de Renda

Segundo Picchio (2005), a tensão entre produzir mercadorias, e reproduzir pessoas, está fundada na natureza do mercado de trabalho, que constitui uma forma histórica e particular de trocas entre trabalho e

meio de subsistência, elemento central para uma economia liberal. O ponto chave aqui é que para a acumulação necessária do fator trabalho para o mercado, faz-se necessário, outra acumulação do mesmo fator, referente ao trabalho de reprodução social dos sujeitos, que não se leva em conta nas análises econômicas convencionais.

Assim, entendendo o trabalho das mulheres rurais como aquele considerado reprodutivo, em detrimento do trabalho produtivo, realizado pelos homens, para a percepção de sua importância econômica e reconhecimento no âmbito da geração de renda, faz-se necessária a inclusão do mesmo em perspectivas semelhantes àquelas expressadas nas discussões econômicas acerca do trabalho remunerado, ou seja, no trabalho produtivo.

As atividades ditas “femininas” são essencialmente “re”conhecidas como atividades produtivas, para além de uma perspectiva de crescimento e acúmulo de capital, para uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade.

Para a presente reflexão, utilizar-se-á, por fim, pressupostos apresentados por Picchio (2001), citado também por Henriquez (2010), quando o mesmo propõe ampliar o tradicional esquema do fluxo circular de renda, incorporando um espaço econômico que poderia denominar-se de reprodução, o qual se distinguiram-se três funções econômicas desenvolvidas no âmbito privado das famílias. Estas funções que podem ser observadas no Fluxo Circular de Renda Ampliado, conforme demonstrado na Figura 1, bem como nos itens descritos abaixo.

- a) Ampliação ou extensão da renda monetária (a renda ou salário real) em forma de nível de vida ampliado (o consumo real), a exemplo: alimentação no domicílio, roupa limpa, ou seja, para além da renda monetária, transformações de bens e serviços realizados no âmbito privado, mediante a intermediação do trabalho executado especialmente pelas mulheres, ou seja, o trabalho de reprodução social não remunerado;
- b) Expansão do nível de vida ampliado (consumo) na forma de uma condição de bem estar efetiva; consistindo no gozo de níveis adequados de educação, saúde e vida social, o que na maioria das vezes é conseguido através do cuidado não remunerado do trabalho privado, na forma, por exemplo, de frequência escolar das crianças, controle da saúde, higiene, etc;
- c) Redução ou seleção de segmentos da população e de capacidades individuais, para ser usado como um fator no processo de produção de bens e serviços na economia de mercado; neste caso, o trabalho não remunerado desenvolvido em casa serve como suporte para a seleção feita no mercado de trabalho, pessoas e competências pessoais efetivamente utilizadas nos processos de produção, facilitando material e psicologicamente, processos de adaptação ou mesmo de absorção de tensões geradas nos ambientes do mercado.

1.5.3 Objetivos

Geral:

1. Capacitar técnicos/as de Assistência Técnica e Extensão Rural da Região de Matão e de outras regiões dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que atuam com os grupos produtivos de mulheres rurais da agricultura familiar, reforma agrária e quilombola.

Específicos:

1.1 Realizar 2 Etapas de Curso de Capacitação em Agroecologia e Feminismo para Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural e Mulheres Rurais, com carga horária de 32 horas cada etapa e com caráter regional - uma etapa em Minas Gerais e outra etapa em São Paulo envolvendo também público da região onde se localiza o IFSP Matão;

1.2 Trabalhar as temáticas de Gênero e Feminismo aplicadas ao meio rural;

1.3 Abordar as temáticas da Agroecologia aplicadas à agricultura familiar e reforma agrária.

1.5.4 Metodologia e Avaliação

PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO:

Os temas de formação propostos são fruto do diálogo da coordenação dessa proposta com as organizações, entidades e movimentos de mulheres ligados ao campo nos estados do Sudeste como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – Setor de Gênero), Sempre Viva Organização Feminista (SOF), GT de Gênero da Associação Paulista de Agroecologia (APA), Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAUESP), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Articulação de Mulheres do Estado de Minas Gerais.

A concepção da formação proposta parte dos pressupostos políticos e pedagógicos que orientam práticas participativas, engajadas com a transformação da realidade do campo, da agricultura familiar como um todo, incluindo ações educativas populares, feministas e democráticas. Dessa forma, o processo educativo proposto busca proporcionar uma formação aos/as agentes de ATER que priorize as demandas da agricultura familiar paulista e mineira, e dialogue, sobretudo, com a realidade das mulheres rurais inseridas nesses grupos e comunidades, considerando as desigualdades de gênero que atravessam tais configurações. Tomamos também por base os princípios da agroecologia e a relação desta com o trabalho das mulheres do campo e conteúdos históricos políticos fundamentais à formação crítica desses agentes de ATER sujeitos do processo de formação. Outra perspectiva de formação refere-se à articulação entre teoria e prática, fundamentos esses presentes nas discussões da Educação do Campo. Assim, essa proposta compreende diálogos a partir dos contextos e realidades vividas por técnicos e técnicas de ATER e mulheres rurais em forma de exposição, rodas de conversa, oficinas e apropriação de instrumentos de trabalho de ATER com as perspectivas de gênero.

Em termos de metodologia, propomos um diálogo inicial sobre as necessidades, limites, possibilidades e realidades do trabalho dos/das Agentes de ATER com ATER Agroecologia e ATER Mulheres tendo em vista o atual contexto sociopolítico vivido e os reflexos na política de ATER. Desse diálogo, em forma de exposição de experiências, serão levantados temas que poderão nortear o processo de formação proposto numa perspectiva freireana (Paulo Freire) de formação a partir das realidades que se deseja formar/transformar.

Também fará parte do curso o desenvolvimento de uma atividade de estudo dirigido a ser desenvolvida pelos/pelas técnicos/técnicas nas áreas de desenvolvimento de seus trabalhos, a ser orientada pela coordenação do Curso.

A avaliação será realizada de forma diagnóstica, processual e participativa. Durante o curso, será organizada uma comissão composta pela professora coordenadora do curso e alunos/as que farão uma proposta metodológica de avaliação a ser realizada durante o curso. Ao final, essa comissão atribuirá a cada aluno os seguintes conceitos: Objetivos de aprendizagem alcançados; Objetivos de aprendizagem em processo; Objetivos de aprendizagem não concluídos. Se não serão aprovados os alunos com conceito Objetivos de aprendizagem não concluídos.

1.5.5.1 Conteúdo Programático

EMENTAS DAS DISCIPLINAS:

1. Roda de Conversa sobre a Situação dos Contratos de ATER, trocas de experiências e levantamento de expectativas: necessidades, limites, possibilidades e realidades do trabalho dos/das Agentes de ATER; Desafios que encontramos nas práticas de ATER no campo com as mulheres: levantamento e diálogo sobre os desafios encontrados no trabalho com as mulheres nos contratos de ATER desenvolvidos até o momento; experiências das entidades; o recorte de gênero no trabalho de ATER.

2. Conjuntura: ATER, MDA e o Golpe de Estado: Análise de conjunturas políticas recentes no Brasil. A cena política, o mundo social e o campo do poder. Crise política e golpe parlamentar no Brasil em 2016. A extinção do MDA e das agendas voltadas para a Agricultura Familiar. Retrocessos nas pautas agrárias e agrícolas no Brasil. Desmonte das políticas públicas de ATER, de Agroecologia e Gênero para o Rural.

Reação e posicionamentos dos agentes políticos: movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições governamentais e não governamentais. Perspectivas políticas.

3. Resgate da Construção da Política de ATER com uma abordagem de gênero e o atual contexto: A extensão rural no Brasil. Antecedentes históricos e construção da abordagem de gênero na ATER. Participação dos movimentos sociais feministas. A construção do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e elaboração e implementação de políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais.

4. Relações de Gênero no Meio Rural e a Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura: A definição de gênero; a construção social dos papéis de gênero na sociedade; a divisão sexual do trabalho no meio rural; a relação entre a modernização agrícola e os valores simbólicos do trabalho na família; a proposta agroecológica e do movimento feminista; políticas públicas para mulheres no meio rural.

5. Comunicação, aprendizagem e ação participativa: Análise de contextos comunicativos no meio rural e o universo cultural da oralidade. Características dos diferentes espaços comunicativos (presencial, à distância, de alcance individual e de grupal). Fundamentos do pensamento complexo e da abordagem sistêmica para as ações extensionistas. Recursos metodológicos para a promoção da participação e empoderamento dos agricultores familiares. Uso das técnicas participativas para diagnóstico, elaboração e acompanhamento de projetos de desenvolvimento rural sustentável: caderneta agroecológica; uso do tempo.

6. Instrumentos para a abordagem de gênero na ATER: oficina de apropriação e debate acerca dos instrumentos utilizados para o trabalho com as mulheres rurais na ATER.

1.5.6 Relação Ensino, Pesquisa e Extensão

O Curso proposto tem uma relação entre ensino pesquisa e extensão uma vez que se propõe a ser um diálogo entre as ações de pesquisa realizadas durante o TED (Termo de Execução Descentralizada) com as disciplinas e reflexões realizadas durante o Curso. Dessa forma, resultados parciais de pesquisa na temática serão dialogadas durante o curso, assim como todo o processo do curso será relatado e registrado de forma a conter dados para as finalizações do processo de pesquisa.

1.5.7 Avaliação Pelo Público

Será realizado, ao final do curso, momento avaliativo coletivo através da metodologia que levanta as seguintes questões: Críticas; Elogios; Sugestões. Serão registrados, os resultados, por escrito.

Pela Equipe

Será realizado momento avaliativo pelos membros da equipe de execução ao término das atividades, e registrada em relatório.

1.5.8 Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BRUMER, Anita e FREIRE, Nádya Maria Schuch. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.1: 360, jan-abr/2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma

para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: 2006.

ENRIQUEZ, Corina Rodríguez. Analisis Economico para la Equidad: los aportes de la Economia Feminista. SaberEs. Nº 2 (2010). 3-22. Sección Autora Invitada.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo. Movimentos sociais no campo, luta por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (org). Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural. In: DI SABBATO, A.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. (Org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; SAORI, Sheyla (orgs.). Experiências e desafios na construção de agendas feministas nos Territórios da Cidadania. São Paulo: SOF, 2015.

PICCHIO, A. Un enfoque macroeconómico ampliado de las condiciones de vida. Conferencia Inaugural de las Jornadas Tiempos, trabajos y género. Universidad de Barcelona, 2001.

PICCHIO, A. La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida. En: G. Cairó i Céspedes y M. Mayordomo Rico (Comps.), Por una economía sobre la vida. Aportaciones desde un enfoque feminista. Barcelona: Icaria, 2005.

SANTOS, Arlei Rosa dos; SANTANA, Raquel Santos. O Desafio de Geração de Trabalho e Renda: a experiência da Associação de Mulheres Assentadas (AMA) de Araraquara, SP. Araraquara, SP: UNIARA, 2015. Disponível em: http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1D/02_Arlei_Santos.pdf

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio. (orgs). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (orgs.) Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democratização e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (orgs.) Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Marcelino de.; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo.; NASCIMENTO, Carlos Alves do.; WADI, Yonissa Marmitt.; TONDO, Isabel de Souza Pereira. Desenvolvimento rural e gênero: as ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais sul-rio-grandenses. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG: 2008.

1.5.9 Observações

1.6 Anexos

Nome	Tipo
alexandra_ted.pdf	Termo de Anuência
plano_de_ensino_ted.docx	Plano de Ensino dos Componentes

2. Equipe de Execução

2.1 Membros da Equipe de Execução

Docentes da IFSP

Nome	Regime - Contrato	Instituição	CH Total	Funções
Alexandra Filipak	Dedicação exclusiva	IFSP	0 hrs	Coordenador, Gestor

Discentes da IFSP

Não existem Discentes na sua atividade

Técnico-administrativo da IFSP

Não existem Técnicos na sua atividade

Outros membros externos a IFSP

Não existem Membros externos na sua atividade

Coordenador:

Nome: Alexandra Filipak

RGA:

CPF: 02368037942

Email: alefilipak@hotmail.com

Categoria: Outra

Fone/Contato: 16 32039107 / 16 997462124

2.2 Cronograma de Atividades

Não há nenhuma atividade cadastrada.

Local

, 24/11/2017

Alexandra Filipak
Coordenador(a)/Tutor(a)
